

Maria Helena da Cruz Coelho¹

O Poder Concelhio em tempos medievais - o “deve” e “haver” historiográfico*

R E S U M O

Neste estudo, entroncando nas diversas sínteses que se têm debruçado sobre a produção historiográfica medieval, apresenta-se um balanço dos trabalhos publicados sobre a temática municipal, essencialmente na última década do século passado e anos iniciais deste.

Percorrem-se as metodologias e os resultados obtidos em recentes obras e artigos em torno do desenvolvimento do movimento concelhio em tempos de implantação, entre os séculos XI e inícios do XIV, e depois em período de maturação, nas centúrias de Trezentos e Quatrocentos. Releva-se, na primeira etapa, o melhor conhecimento das redes de influência e agentes que convergiram para a gênese e diferenciada identificação destes centros de poder local, os quais se viram depois sancionados juridicamente pelas cartas de foral. Aponta-se, para a segunda época, a variedade de análises da vida municipal, com incidência no estudo das elites sociais e do discurso dos concelhos em Cortes ou em estudos de índole mais económica e legislativa, que tratam sobre finanças e posturas locais, e ainda os mais recentes que abordam a produção escrita municipal, a circulação dos escritos e os seus mais significativos marcos simbólicos.

Dando a conhecer o feito, o trabalho aponta também algumas direcções de investigação e de estudos que ainda devem ser perseguidos no âmbito da polifacetada abordagem do poder concelhio em tempos medievais.

1. A história da história medieval portuguesa conta já com um bom número de estudos. Na verdade, menos do que porventura é sabido ou divulgado, os medievalistas, ao mesmo tempo que têm vindo a realizar trabalhos, e creio que poderei adjectivar, trabalhos, que, no seu conjunto, se nos afiguram de muito boa qualidade, preocuparam-se também em sopesar o que em tempos mais recuados fora publicado e o que estava a produzir-se nas décadas próximas, prospectando o que haveria a investigar e mais aprofundar. Esses balanços podem ser mais críticos – e por certo até deviam sê-lo bem mais – ou de pendor mais diacrónico e descritivo, mas tiveram e têm sempre o inegável mérito e valor de apresentar o ponto da situação dos estudos de uma determinada temática, consencionalizando os estudiosos do caminho percorrido ou a percorrer,

¹ Professora Catedrática da Faculdade de Letras de Coimbra – Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

* Esta comunicação foi apresentada na II Semana de Estudos Medievais sobre “Historiadores e Jurishistoriadores: a identidade e a diferença (Estados, Instituições, Poderes, Saberes: Portugal, sécs. XII-XVIII)”, promovida pelo Instituto de Documentação Histórica da Faculdade de Letras do Porto, que teve lugar em Novembro de 2002. Não tendo sido publicada até então, apresenta-se agora com as necessárias adaptações e actualizações.

talvez mesmo evitando erros ou duplicações de esforços, quando não despertando gostos e desafiando investigações.

Sem nos determos nas sínteses mais abrangentes sobre todo o medievismo, como as de José Mattoso, Luís Adão da Fonseca ou de nós mesma², fixar-nos-emos apenas naquelas que mais de perto tocaram na historiografia municipal, seguindo uma ordem cronológica de publicação.

Ocorre-nos, em primeiro lugar, o artigo de Armando Luís Carvalho Homem, Amélia Aguiar Andrade e Luís Carlos Amaral, *Por onde vem o medievismo em Portugal?*, datado de 1988³. Para além de considerações gerais sobre tempos e temas, o trabalho oferece o ponto da situação dos estudos dos medievalistas sobre três temáticas particulares - ruralidade, mundo urbano e movimentos sociais. Ora é justamente em conexão com o desenvolvimento da história urbana que os autores apresentam algumas anotações sobre o devir das análises quanto às instituições municipais e ao papel dos concelhos na estruturação do Portugal medievo⁴.

Logo depois serão os historiadores Humberto Baquero Moreno, Luís Miguel Duarte e de novo Luís Carlos Amaral que, em 1991, num balanço sobre a *História da Administração Portuguesa na Idade Média*⁵, dedicaram um ponto específico aos concelhos, divulgando os mais recentes trabalhos que tratavam dos diversos enfoques da temática⁶. Em ano ainda mais próximo, concretamente em 1998, apresentámos a um Colóquio na Universidade do Minho, na secção sobre “A História e a Historiografia”, a comunicação *A História e a Historiografia Municipal Portuguesa. Problemas, fontes, métodos, realizações e contributos. Época Medieval*⁷, a qual se completa diacronicamente com as que, na mesma secção, apresentaram Francisco Ribeiro da Silva, José Viriato Capela e Aurélio de Oliveira. Consideramos ainda actualizado o que aí explanámos sobre fontes, metodologias e novas abordagens da história municipal, pelo que, em alguns casos, retomaremos essas considerações.

Acrescem, porém, mais dois outros trabalhos que, não sendo exactamente de historiografia, pormenorizam aspectos novos do temário municipal em problematização e informação bibliográfica. Referimo-nos, concretamente, ao estudo conjunto de José Marques, Carvalho Homem e nós própria sobre *A Diplomática Municipal Portuguesa*, apresentado no Congresso Internacional de Diplomática Urbana na Europa e publicado em 2000⁸, que abre uma nova senda nas perspectivas de investigação sobre o municipalismo, atentando na sua produção e memória escrita, e nele se apontam as fontes para o estudo da temática e as múltiplas valências e possibilidades de aproveitamento do seu rico conteúdo.

² Referimo-nos a MATTOSO, 1982: 145-162; FONSECA, 1985: 51-67; COELHO, 1990a: 1-17 e COELHO, 1992: 192-195.

³ HOMEM; ANDRADE; AMARAL, 1988: 115-138. Recentemente (Maio de 2006) dirigimos em Montréal (Canadá), um Seminário, sobre *L'état actuel de la recherche historiographique sur le Portugal médiéval*, que será publicado na Revista “Memini. Travaux et documents”.

⁴ HOMEM; ANDRADE; AMARAL, 1988: sobretudo a páginas 131 e 132.

⁵ MORENO; DUARTE; AMARAL, 1991: 35-45.

⁶ MORENO; DUARTE; AMARAL, 1991: concretamente nas páginas 38 e 39.

⁷ COELHO, 1999a: 37-55.

⁸ MARQUES; COELHO; HOMEM, 2000: 281-305.

O outro trabalho é da responsabilidade de Adelaide Costa, saído em 2001, e intitulado *Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens*⁹, em que a autora, muito familiarizada com o método prosopográfico, discute o alcance de tal aparelhagem metodológica aplicada ao estudo do universo humano dos mandantes e influentes nos concelhos.

Mais recentemente Judite de Freitas publicou um estudo sobre a mais actualizada bibliografia que tem abordado a temática do poder e dos poderes – real, local, senhorial, eclesiástico – na sua pluralidade e interrelações¹⁰.

Este arrolamento de sínteses prova cabalmente o que inicialmente dissemos – os historiadores têm-se preocupado em historiar a história do municipalismo e, assim cremos, com uma consciência crítica daí decorrente, foram dando passos metodológicos e reflexivos de grande significado.

2. É certo que a temática concelhia, ainda que sob diversas ideologias e contextos, foi sempre prendendo os estudiosos da História e do Direito.

Dois séculos atrás, pontificou Alexandre Herculano que, defendendo a descentralização política e administrativa, e pugnando pelo reforço do poder local, se voltou para o passado, para os séculos áureos da génese concelhia, querendo ver neles o que de melhor projectava para o seu tempo, a defesa da liberdade individual, da propriedade fundiária e do espírito democrático¹¹. Posteriormente, no ideário corporativista do Estado Novo, os concelhos apresentaram-se também como instituições fundamentais na concretização do Estado-Nação, assumindo-se então como elos da sua cadeia centralizadora, não se descurando por isso as análises das suas etapas históricas. À cabeça destes estudos pensaremos, pelo Direito, em Marcelo Caetano¹², e, pela História, em Torquato de Sousa Soares¹³. Depois da Revolução de Abril, de novo o poder local, agora suporte político do Estado Democrático que se queria concretizar, se impôs na ordem do dia das reformas a encetar, como não menos envolveu os historiadores, também eles cidadãos comprometidos com o seu tempo¹⁴. O continuando dos estudos sobre os municípios, levados a cabo sob estes diferentes contextos e ideologias, foram iluminando multifacetadamente a instituição concelhia, uma das que sempre melhor se conheceu no âmbito da administração portuguesa.

Depois de 1974 importa ainda destacar o particular interesse com que os municípios acolheram a história do seu passado, promovendo diversos encontros científicos e publicando as respectivas actas ou apoiando a publicação de fontes, o que impulsionou o dinamismo dos historiadores¹⁵. Mas estes receberam também, por parte das Universidades, um enorme estímulo

⁹ COSTA, 2001: 63-70.

¹⁰ FREITAS, 2005: 231-266.

¹¹ HERCULANO, 1983. Todo o volume quarto, correspondendo ao livro VIII da divisão da obra por Herculano, é dedicado ao estudo das origens, tipologias, oficiais e direitos e deveres dos vizinhos dos concelhos.

¹² CAETANO, 1951a (republicado em 1990); CAETANO, 1963 (refundido e republicado em 1981); CAETANO, 1951b; CAETANO, 1953 (os dois últimos republicados em "A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo", Lisboa, Verbo, s.d.).

¹³ SOARES, 1931; SOARES, 1935.

¹⁴ Se um balanço dos mesmos se quiser empreender, pode recorrer-se à obra *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa. 1974-1994*, Coimbra, Faculdade de Letras - Instituto Camões, 1995.

¹⁵ Já referidos em MORENO; DUARTE; AMARAL, 1991: 39 e COELHO, 1999: 45-46. Depois desta data muitos outros se realizaram, por exemplo, na Guarda em 2000 e em Idanha-a-Velha em 2005.

e enquadramento. Assim o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa promoveu, em 1995, um Curso de Verão sobre “Poder Central, Poder Regional e Poder local”¹⁶, a Universidade do Minho organizou um Colóquio sobre “O Município Português na História, na Cultura e no Desenvolvimento Regional”¹⁷ e, mais recentemente, em Abril de 2002, o Instituto de História Económica e Social e o Centro de Investigação de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras de Coimbra dinamizaram um outro sobre “O Poder Local em tempos de Globalização. Uma história e um futuro”, de todos se publicando as respectivas actas.

Referimo-nos a estes de que temos conhecimento, até porque neles participámos, embora certamente muitos outros tenham tido lugar em diversas Escolas. Mas a amostragem é ainda bem relevante do *aggiornamento* dos Historiadores com o seu tempo – pensava-se o central, regional e local, quando, politicamente, se discutia a regionalização, ou equaciona-se hoje o papel do poder local quando a globalização invade todas as esferas do nosso público e privado. Não será ainda de esquecer que as Universidades abriram também Mestrados sobre este temática dos Estudos Regionais e Locais, como as de Lisboa e Porto, ou Cursos específicos dedicados à formação de agentes culturais camarários, como o pioneiro de Coimbra e bem recentemente o de Cascais¹⁸.

Fruto deste renovado interesse pelo municipalismo, muito se progrediu na edição dos principais *corpus* documentais municipais dos séculos XIV e XV que se corporizam nas vereações, havendo sido continuadas as do Porto, e publicadas as de Loulé, Montemor-o-Novo e Funchal, para além de alguns fragmentos de outras¹⁹. Mas terá ainda que mais se avançar, pois, no nosso entender, todos os livros de vereação deviam ser publicados, e tanto os de Quatrocentos como os de Quinhentos, sobre os quais já alguns estudos se realizaram, uma vez que a sua massa informativa e possibilidade de estudo ultrapassa mesmo o municipalismo para servir a história económica, social, política e cultural. Aguardam também ainda uma publicação sistemática os livros de receitas e despesas que existem para o Porto e Loulé, igualmente fontes riquíssimas.

Numa outra vertente, e revendo-se nas suas mais antigas memórias, as Câmaras têm vindo a editar os seus forais, dos medievais aos manuelinos, no geral precedidos de análises históricas, produção relevante que muito tem incentivado os medievalistas ao estudo do municipalismo²⁰.

3. E das fontes passemos à metodologia da sua abordagem e aos resultados obtidos. De imediato será de esclarecer que tendo-se a história permeabilizado a outros saberes, métodos e ritmos, o estudo da temática municipal enriqueceu-se também com novas perspectivas. Conheceu

¹⁶ SILVEIRA (coord.), 1997.

¹⁷ Trabalho já citado na nota 6.

¹⁸ Referimo-nos ao Curso de Especialização em Assuntos Culturais no Âmbito das Autarquias que se lecciona na Faculdade de Letras da Universidade Coimbra, desde 1989 a 2003, e ao Mestrado em Cultura e Formação Autárquica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, criado em 1998.

¹⁹ Sobre a sua publicação veja-se MARQUES; COELHO; HOMEM, 2000: 288-299.

²⁰ Entre outros, os de maior aparato da nossa autoria e co-autoria, como COELHO; MORUJÃO, 1999; COELHO, 2002. Nestes trabalhos se referem muitos mais de diferentes autores - com destaque para José Marques - que têm publicado estas fontes.

uma mais ampla integração na sociedade política, quando o poder central através dos oficiais do seu Desembargo ficou a ser melhor conhecido, ou quando o palco institucional das Cortes se redimensionou como espaço de diálogo e representação. A pujança da história social, que emergiu depois de Abril, fez conhecer de mais perto os perfis dos dominantes por dentro das comunidades concelhias, ao mesmo tempo que se evidenciavam múltiplos aspectos do seu tecido e estrutura económica. E nem mesmo a nova referência da história das ideias e das mentalidades deixou de invadir o seu campo de análise, ponderando-se o valor simbólico das suas festividades e atentando-se nos agentes, sinais e imagética da sua memória escrita e material.

Pormenorizando um pouco mais este conspecto geral dividamos, embora sem rigidez e sempre um pouco artificialmente, a história concelhia em dois momentos – o da estruturação do Portugal concelhio, dos finais do século XI aos inícios do XIV, e o da sua maturação correspondendo aos séculos XIV e XV.

3.1. No estudo da implantação da rede concelhia inovou consideravelmente José Mattoso ao estruturar a identificação do país que é Portugal na oposição entre a sociedade senhorial e feudal e os centros concelhios, evidenciando como nesta dialéctica de poderes e viveres se consolidou um território e uma população²¹. Com detalhe foi então pensando as raízes dessas comunidades em povoados castrejos, aldeias ou centros moçárabes, como depois as suas permeabilizações à civilização urbana muçulmana, e matizou as espacialidades em que se implantaram, de pendor mais rural ou urbano, mais litorâneo ou fronteiriço, de matriz cristã ou de longa influência islamita. Não menos terão sido importantes os estudos de história rural que Robert Durand²² e um pouco nós própria²³ realizámos, atentando na formação de comunidades rurais a partir dos contratos agrários colectivos *ad populandum* e *ad laborandum* e na modelação, por dentro de um viver em comum, dos seus objectivos estratégicos, dos seus direitos e deveres e das suas solidariedades agrárias, judiciárias, fiscais e religiosas. Mas disseminando-se pelo espaço, em séculos de Reconquista, tanto senhorios como concelhos – concelhos que para alguns se podem tomar como verdadeiros “senhorios colectivos”²⁴ – terão ainda de se precisar melhor, nos contornos das implantações, intersecções e intercorrências dos poderes senhorial e concelhio, concretizadas no controlo e domínio de terras e homens.

Por sua vez, no âmbito da análise das cartas que de direito reconhecem os concelhos, os ditos forais ou foros breves, cremos que a tese de mestrado de Matos Reis, seguindo ainda na linha das tipologias foraleiras, prestou um significativo serviço ao agrupar diacronicamente certas famílias de forais e ao pormenorizar, em minuciosos quadros, a sua especificidade tributária, económica e penal²⁵. No mesmo sentido se encaminhou a sua dissertação de doutoramento,

²¹ Estruturação que suporta a sua obra MATTOSO, 1985.

²² DURAND, 1982: 131-168.

²³ COELHO, 1989: 41-69; COELHO, 1990c: 23-36.

²⁴ HESPANHA, 1982: 153, refere: “os concelhos constituíam, assim, autênticos senhorios colectivos com atribuições de poderes públicos equivalentes aos dos nobres”. Mas logo a seguir explica que a participação nas assembleias concelhias, bem como o direito de voto na eleição dos magistrados locais, cabia aos moradores mais ricos, o que desde logo condiciona o “colectivismo” das decisões e do exercício do poder.

²⁵ REIS, 1991.

retomando, em parte, esta metodologia, mas alongando-a na sua temporalidade por toda a primeira dinastia²⁶. Pensamos também que com a síntese que elaborámos para o volume terceiro da *Nova História de Portugal* se pode agora perspectivar mais facilmente, no tempo e no espaço, a progressão do movimento concelhio e ajuizar do seu papel na afirmação do reino de Portugal²⁷. E, como atrás referimos, não será de somenos entrar em linha de conta com as múltiplas monografias e edições de forais que, por todo o país, as câmaras têm vindo a promover.

Falando deste tipo de documentos, julgamos que seria ainda de interesse que, à luz da História e do Direito, se matizassem um pouco mais as identidades ou diferenças entre cartas de povoamento e forais, sobretudo daqueles que Herculano diz darem origem a concelhos rudimentares ou Torquato de Sousa Soares a concelhos rurais, pois as indefinições permanecem ou, perguntamo-nos, terão mesmo de permanecer?

Por outro lado, diremos que os foros e costumes ou os ditos foros longos pouco têm merecido a atenção de historiadores e jurishistoriadores. À parte o excelente estudo linguístico de Lindley Cintra sobre os foros de Riba Coa²⁸, todos temos estado um pouco mudos. Quando tivemos necessidade de “voar” sobre os costumes da Guarda²⁹, tomámos verdadeiramente consciência dessa lacuna. E ao relermos as *Histórias do Direito* ou *das Instituições*³⁰, sentimos que os desafios são interpelantes. Dizem quase todos os juristas que tais foros constituem uma mescla de normas de direito político e administrativo, normas de direito privado, direitos reais, direito da família e sucessões, normas de direito penal e de processo³¹. Logo, pensamos que seria um ótimo trabalho o esclarecimento jurídico mais detalhado de cada um destes aspectos em particular, no clausulado normativo. Mais nos dizem os manuais de *História do Direito* que estes foros provêm combinatoriamente de preceitos consuetudinários, de sentenças de juízes arbitrais ou de juízes concelhios, de opiniões de juristas, de posturas municipais e de normas jurídicas inovadoras de natureza legislativa, sendo portanto de distinguir, como pretende Marcelo Caetano, o que neles há de costumes municipais ou de códigos já sistematizados. Tal linha de investigação parece-nos muito promissora, devendo ser prioritariamente aclarada pelos especialistas de História do Direito, para que depois se desenvolva, com fundamentação e novidade, uma reflexão histórica mais ampla sobre o conteúdo destas ricas fontes.

Nesta parceria acreditamos que também, talvez ainda valesse a pena, um trabalho interdisciplinar sobre a reforma manuelina dos forais que mais nos esclarecesse sobre a sociedade política de Quinhentos na sua tessitura de uma imbricada rede de poderes³².

²⁶ REIS, 2004.

²⁷ COELHO, 1996: 554-584.

²⁸ CINTRA, 1984.

²⁹ COELHO; MORUJÃO, 1999: 21-28.

³⁰ Referimo-nos à obras de CAETANO, 1981; ALBUQUERQUE; ALBUQUERQUE, 1999; SILVA, 1991; COSTA, 1996; HESPAÑA, 1982.

³¹ COSTA, 1996: 261; CAETANO, 1981: 233; ALBUQUERQUE; ALBUQUERQUE, 1999: 202; SILVA, 1991: 148-151.

³² Para uma ponderação do sentido desta reforma dos forais, veja-se NETO, 1993: 171-174; HESPAÑA, 2001: 42-65; DUARTE, 2002/2003: 391-404.

3.2. Passemos agora ao segundo momento do percurso medieval do poder concelhio, aquele em que convergem sobre os municípios forças externas de controle régio e forças internas de especialização, elitismo e governo aristocrático, que menos se opõem e mais se combinam e interpenetram.

Os Historiadores têm avançado neste campo, com rigor e capacidade reflexiva. E para alguém como nós que, juntamente com Joaquim Romero Magalhães, em 1986, lançávamos no ar mais hipóteses que certezas fundamentadas, numa análise social do poder local, é-nos muito grato deparar com esta frutuosa produção científica³³.

Se os Historiadores do Direito se prenderam aos cargos, iluminando-nos o aparecimento do novo funcionalismo, detalhando os seus enquadramentos legais e funcionais e a sua génese e evolução, os Historiadores atentaram nos homens. Com uma incidência social muito vincada, ensaiaram novas metodologias e aplicaram aos dirigentes do poder local o método prosopográfico para analisar carreiras, definir perfis políticos e sociais e perceber objectivos e estratégias.

Trabalho inovador foi o de Adelaide Costa³⁴ que, na senda do seu Mestre Carvalho Homem, que havia utilizado o método prosopográfico no estudo dos homens do Desembargo Régio³⁵, o decidiu aplicar aos governantes do Porto nos finais do século XV. Estudou carreiras, mandatos e tempos de estadia no poder e condensou em fichas prosopográficas uma massa de informação preciosa para os historiadores do municipalismo, de que não poucas vezes nós própria nos temos aproveitado.

Esta linha de investigação das elites dirigentes tornou-se muito apelativa. Conheceram-se homens, famílias e linhagens detentores dos vários poderes locais e evidenciaram-se os mecanismos de ascensão e permanência nessa liderança. Tornou-se evidente que as elites das sociedades urbanas, de interesses e feição aristocráticos, se sintonizavam com a política mais controladora e centralista dos monarcas nos séculos finimievais, colaborando na arrecadação dos impostos e recrutamento de homens, elementos que suportavam um Estado de Finanças e de Guerra como era o de Quatrocentos³⁶.

E o Centro de Investigação em História da Universidade de Évora promoveu mesmo um Projecto sobre "Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Uma observação centrada em Évora", que alargou a análise dos corpos sociais superiores não só aos governantes municipais, mas também aos outros estratos sociais, como o clero secular e os homens da mercancia ou da produção agrícola, tendo já sido realizados dois colóquios sobre a temática³⁷.

Um dos aspectos deveras interpelante neste capítulo dos dirigentes concelhios diz respeito ao seu discurso em Cortes. Humberto Baquero Moreno, historiador de grande sensibilidade para o social, é autor de muitos estudos pioneiros sobre a presença dos concelhos em Cortes³⁸. E

³³ COELHO; MAGALHÃES, 1986.

³⁴ COSTA, 1993.

³⁵ HOMEM, 1990.

³⁶ COELHO, 1999b: 269-292; MARTINS, 1997-1998; MARTINS, 2001; MARTINS, 2002.

³⁷ Do primeiro saíram Actas que já citámos em notas anteriores. E nelas destaque-se, quanto aos oligarcas na cidade, o estudo de DUARTE, 2000: 91-106, a confrontar, para Castela, com o trabalho de VAL VALDIVIESO, 2000: 71-89.

³⁸ Veja-se a bibliografia do autor referida no *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa*. Mas a título de amostragem refiram-se os estudos MORENO, 1989a: 267-278; MORENO, 1989b: 95-104.

depois dele, nesta mesma Escola do Porto, Armindo de Sousa marcou presença maior com uma tese de doutoramento sobre as Cortes, que reinterpreta o sentido desta assembleia e destaca o jogo das forças sociais em presença³⁹.

O diálogo dos concelhos com o poder régio, em Cortes, tem sido uma temática que igualmente nos tem apaixonado. Como já dissemos, ler os capítulos especiais de Cortes num determinado período é como que abrir “os jornais possíveis dessa época”. E tal como nestes é necessário atender ao sentido do discurso, também no diálogo do poder local com o central há que conhecer o perfil daqueles que falam, para compreender as suas estratégias e objectivos; há que estar atento ao estilo retórico e argumentativo empregue no discurso, que visava convencer para obter; como não menos há que saber ler no reverso das palavras, quando não nos silêncios, a voz dos que não têm voz nesse areópago das Cortes. Já cruzámos o método diacrónico - estudo dos capítulos especiais de um concelho ou região em diversas Cortes⁴⁰ - com o método sincrónico - estudo de todos os capítulos especiais dos concelhos numa mesma reunião de Cortes⁴¹ - mas acreditamos que se poderá ainda ir mais além experimentando novas metodologias de abordagem. Justamente a propósito das comemorações dos 750 das Cortes de Leiria de 1254, a temática ampla das Cortes e da participação do Terceiro Estado foi revisitada, estudando-se, num tempo longo e numa perspectiva de história comparada, a instituição parlamentar desde os tempos medievais até à actualidade⁴².

Não menos nos parece importante e muito sugestivo perseguir as análises que já têm vindo a ser esboçadas sobre o entrelaçar de carreiras entre os oficiais régios de actuação local e os eleitos do poder local⁴³, pois encontraremos neles significativas ligações pessoais e familiares, que nos remeterão depois para políticas e objectivos mais afins que antagónicos. Nessa fronteira entre o central e o local se apresenta um cargo ainda muito desconhecido, esse de regedor, em que os Historiadores pouco se têm fixado e cremos que de entre os especialistas do Direito só Marcelo Caetano⁴⁴ lhe deu atenção.

No contraponto deste enfoque de poderes, uma atenção menor tem sido dedicada aos que não dirigem, antes são dirigidos. Como já vem sendo repetidamente afirmado e confirmado, a composição social das elites pode variar num espectro que vai desde uma média e pequena nobreza, a uma aristocracia fundiária ou de capital ou até a alguns homens do saber, mas nunca

³⁹ SOUSA, 1987. Uma problematização dos estudos sobre esta matéria é apresentada por DUARTE, 2003: 1-12.

⁴⁰ COELHO, 1997. E temos no prelo a obra, de co-autoria, *Um cruzamento de fronteiras: a “voz” dos concelhos da Guarda*, a ser publicada pelo Centro de Estudos Ibéricos da Guarda de que já saiu uma primeira abordagem no estudo de COELHO; REPAS, 2005: 131-147.

⁴¹ COELHO, 1990d: 235-289.

⁴² Na obra *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, 2006, publicam-se muitos dos estudos nele apresentados, sendo de destacar, para a medievalidade, os de COELHO: 21-37; VENTURA: 41-57; GOMES: 59-72; MORENO: 107-123; DIAS: 125-127; FARELO: 129-142; CUNHA; COSTA: 143-152; SILVA: 221-227; ROLDÃO: 229-243); BRAGA; BRAGA: 245-259. E oferecendo-se à comparatividade com os reinos de Inglaterra e Castela e Leão surgem os trabalhos de DUNBABIN: 73-83; LADERO QUESADA: 85-105.

⁴³ Cite-se o trabalho pioneiro de FERREIRA, 1993.

⁴⁴ CAETANO, 1981:325.

ela se abre aos mesteirais. De há muito Marcelo Caetano atentou nesta problemática⁴⁵, mas cremos que ainda será possível sopesar um pouco mais o papel dos mesteirais, actuando como um contra-poder, análise que recentemente esboçámos na comunicação ao Congresso sobre o poder local em tempos de globalização⁴⁶.

Se, com excelentes resultados, o social tem sido percorrido, não se abandonaram as premissas mais economicistas da vida concelhia. Relevante estudo produziu Iria Gonçalves ao detalhar todas as receitas e despesas das finanças municipais portuenses no século XV, deixando-nos uma abrangente e concreta visão de conjunto sobre o assunto⁴⁷. Só esperamos que outros se interessem pelo tema e estudem e publiquem os poucos livros de receitas municipais que ainda existem para o século XV, pois as suas rubricas contêm informações riquíssimas que, como dissemos, muito ultrapassam a história das instituições concelhias.

Outros trabalhos apoiaram-se nas posturas, para averiguarem os ordenamentos municipais sobre higiene e saúde, sobre regulamentação urbanística, sobre entrepostos comerciais e actividades produtivas, patenteando a complexidade socioeconómica e político-administrativa da vida urbana⁴⁸. As vereações, de onde estas mesmas posturas muitas vezes se extraem, sustentaram igualmente os mais variados estudos versando sobre a administração, economia e sociedade municipais⁴⁹, como bem o têm demonstrado as teses de Mestrado produzidas no Porto, sob a orientação do Prof. Baquero Moreno, e que se projectaram mesmo sobre a centúria de Quinhentos⁵⁰, entre outros estudos⁵¹.

E o olhar sobre estas actas de vereação parece inesgotável. Na verdade, motivada por outras exigências, percorremo-las para elaborar um trabalho sobre as comunicações⁵² e elas revelaram-se muito esclarecedoras. Nesta perspectiva de análise conhecemos agora algo sobre as comunicações ascendentes, descendentes e horizontais dos municípios, que recorriam a diversas vias, das terrestres às fluviais e marítimas, e a vários agentes para, em tempo de paz ou de guerra, pôrem a circular as mensagens. Mensagens que podiam ser orais, mas, na maior parte dos casos, nos séculos XIV e XV, se sustentavam já pela escrita.

Também os escritos e a escrita dos documentos concelhios surgem como temas novos a desafiar os estudiosos. Já aludimos ao estudo conjunto elaborado sobre a "Diplomática Municipal Portuguesa" e apresentado em Gand. Depois dele já levámos até Leeds e Oxford os primórdios de uma investigação, que esperamos possa vir a ser muito enriquecedora com mais aprofundamentos, sobre a problemática das chancelarias municipais⁵³. Como num Seminário abordámos

⁴⁵ CAETANO, 1981: 498-502.

⁴⁶ COELHO, 2005: 49-74.

⁴⁷ GONÇALVES, 1987.

⁴⁸ Entre outros, GONÇALVES, 1986: 155-172; BEIRANTE, 1987: 231-242; TAVARES, 1987: 17-32.

⁴⁹ Como, por exemplo, COELHO, 1990b: 37-59.

⁵⁰ Depois das teses citadas na nota 30 do nosso balanço da historiografia municipal já referido tenho conhecimento da apresentação posterior das seguintes: ARAÚJO, 2001; MATIAS, 2000; PINTO, 2001; VASCONCELOS, 2001; SOARES, 2001; AFONSO, 2001, que inclui a transcrição do Livro 21 de Vereações respeitante a 1559; BALSEMÃO, 2002; PINTO, 2002.

⁵¹ COSTA, 2002; COSTA, 2004/2005.

⁵² COELHO, 2000: 64-101.

⁵³ Comunicação intitulada *Municipal Chanceries. Questions around the concept*, apresentada no "International Medieval Congress. University of Leeds, 8-11 July 2002" e na "First Oxford Conference of Portuguese Historians", que teve lugar no St. John's College, 12-13 July 2002.

o protagonismo dos agentes da escrita no aparelho de governo das cidades e vilas portuguesas, mormente dos tabeliães, esses possíveis precursores da nova cultura jurídica em meios de província⁵⁴. Saber e poder foi a relação que avaliamos em quadro amplo, mas onde, obviamente, o mundo concelhio esteve presente, equacionando-se o peso da formação académica na assunção de certos cargos e funções administrativas⁵⁵. Se já Marcelo Caetano alertava para o papel dos letrados e legistas nesse relevante período de 1383-1385⁵⁶, a pesquisa sobre o percurso e graus universitários de corregedores e juizes terá ainda de continuar e ser até bem mais aprofundada. Mas cremos que esta temática ampla da produção escrita e dos detentores do saber no âmbito das circunscrições municipais está a captar investigadores e virá a ser melhor conhecida dentro de algum tempo⁵⁷.

Tema de convergência entre historiadores e jurishistoriadores deverá ser a investigação a fazer sobre o estatuto social, a carreira e os conhecimentos dos corregedores que ao longo dos tempos foram escolhidos pela coroa para o desempenho de funções nas diversas comarcas do reino. Igualmente haverá que precisar a incidência temporal e espacial da nomeação dos juizes por el-rei, para o que já temos vindo a coligir alguns dados, e conhecer a sua proveniência social e formação académica, afim de podermos julgar o impacto jurídico e intelectual desses agentes régios sobre as comunidades em que actuavam. E os estudos da sociedade urbana, aspecto que infelizmente foi algo menos contemplado nos trabalhos de história das cidades e vilas, que tanto se têm desenvolvido, poder-nos-á esclarecer sobre o saber mais empírico ou mais científico dos oficiais locais de justiça – juizes, advogados, procuradores - e de administração, como os vereadores⁵⁸.

Saber, escrita e escritos conduzem-nos também aos *monumenta* sustentadores da memória municipal. Os documentos produzidos e recebidos pelos municípios e guardados em preciosas arcas, de que todos, na época, conheciam o valor, e por isso os inimigos as roubavam ou queimavam em tempo de guerra⁵⁹, têm também sido encarados sob esta faceta. Como não menos se vem reflectindo sobre a sigilografia municipal de rica simbologia⁶⁰. A representação do poder e individualidade dos concelhos passa ainda por outros marcos personificadores e simbólicos, como os pelourinhos e bandeiras, que, sem serem esquecidos, são de mais difícil

⁵⁴ HESPANHA, 1982: 433.

⁵⁵ Referimo-nos ao Seminário que leccionámos sobre *La formation universitaire des hommes du pouvoir central et local au Portugal (XIIIe-XVe siècles)*, integrado no Seminário coordenado por Adeline Rucquoi na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Centre de Recherches Historiques sobre “Savoirs et Pouvoirs dans la Péninsule Ibérique au Moyen Âge”. O essencial sobre o mesmo foi publicado COELHO, 2004 : 313-334.

⁵⁶ CAETANO, s.d.: 129-134.

⁵⁷ A este propósito salientemos os artigos já publicados de GOMES, 2005: 435- 501; e o já citado de ROLDÃO, 2006: 229-243). Justamente esta estudiosa está a ultimar, sob a nossa orientação, uma tese de mestrado sobre “O ofício da escrita nos concelhos em Portugal nos séculos XIII e XIV”, tema que pensa mesmo redimensionar para doutoramento.

⁵⁸ Ainda sobre a oficialidade – e sem esquecer os clássicos estudos de Marcelo Caetano e Maria Teresa Campos Rodrigues – veja-se o mais recente de MARTINS, 2004: 64-110.

⁵⁹ Como aconteceu em Penamacor, Monsanto e Alter do Chão nas guerras com Castela (COELHO, 1990d: 266)

⁶⁰ MATTOSO, 1985, I: 379-380, COELHO, 1996: 563-565; GOMES, 2005, 466-475. Um estudo, em tendência longa, sobre selos mas também brasões municipais é o de SAMEIRO, 1986: 77-117.

apreensão, dada a escassez dos primeiros que datem de tempos medievais e a inexistência de qualquer estandarte concelhio ou mesmo de uma sua descrição⁶¹.

Memória material ou memória festiva assumem-se, pois, como património municipal que os historiadores vêm desvendando. Entradas de reis, príncipes ou gente ilustre na cidade ou vila é tema sempre a relevar no extraordinário festivo da vida municipal⁶². Acumulam-se-lhe os dias de feira ou romaria⁶³. E a todos suplanta essa festividade única do corpo municipal que é a festa do Corpo de Deus, iconografia do poder, das hierarquias e do trabalho nas cidades e vilas portuguesas, que muito tem seduzido os historiadores⁶⁴.

Ainda que mais detalhadamente pudéssemos ter exposto o que vem sendo feito pelos historiadores do municipalismo, cremos que esta breve síntese já permite, em traços largos, dar conta dos mais recentes caminhos percorridos sobre a temática. Procurou-se mostrar como em alguns aspectos se adquiriram mais certezas ou novas perspectivas, enquanto outros estão ainda à espera de uma investigação específica ou mais aprofundada. E no que há a fazer muito mais poderia ser acrescentado, e até pensado em comum, entre os estudiosos da História, do Direito e das várias ciências sociais e humanas.

O conhecimento da rede concelhia por desmembramento de concelhos ou até pela evolução natural do desenvolvimento de comunidades que nunca obtiveram carta de foral está ainda muito incompleto. Pouco definidas se encontram, a vários títulos, desde logo no plano administrativo, a gestão das aldeias dos termos concelhios e a orgânica sócio-política dos pequenos concelhos rurais. Interpelante será, ainda, atentar no diálogo mais pacífico ou conflituoso entre concelhos e senhorios, sobremaneira em áreas de forte implantação do poder de velhos ou novos senhores. Mais complexo se apresenta, mas por isso mesmo desafiador de vontades, o estabelecimento de redes de poder e de domínio concelhios, que nos elucidasse sobre as constelações de pequenos ou médios concelhos dominados por cabeças de concelhos mais pujantes e absorventes.

Mas o interesse das gerações mais jovens sobre o municipalismo, caldeado com as novas metodologias interdisciplinares e de história comparada, é a melhor garantia de se rasgarem outros e mais inovadores horizontes sobre a tão interpelante temática, no ontem como no hoje, da dinâmica, protagonistas e protagonismos do poder local.

⁶¹ Todavia, a reprodução e descrição dos pelourinhos que existem no nosso país encontra-se na obra de MALAFAIA, 2005.

⁶² Sobre a temática refira-se o clássico estudo de ALVES, s. d. e, mais recentemente, sobre Braga COSTA, 2006.

⁶³ Em torno das feiras, ao longo dos tempos, se desenvolveu o 3º Encontro de História, promovido pela Câmara Municipal de Vila do Conde, onde apresentámos um excuro sobre as feiras medievais: COELHO, 2005: 9-30.

⁶⁴ A título de exemplo vejam-se os estudos de GONÇALVES, 1984/1985: 69-89; SILVA, 1993: 197-217.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Maria Lúcia de Oliveira Lopes, 2001 - *O Porto segundo o Livro de Vereações de 1559*, Porto, Faculdade de Letras, (policopiada).
- ALBUQUERQUE, Ruy de; ALBUQUERQUE, Martim, 1999 - *História do Direito Português*, vol. I (1140-1415), 1ª parte, 10ª ed., Lisboa, Pedro Ferreira.
- ALVES, Ana Maria, s. d. - *As entradas régias portuguesas. Uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte.
- ARAÚJO, Jorge Filipe Pereira de, 2001 - *A Administração Municipal do Porto (1508-1511)*, Porto, Faculdade de Letras (policopiada).
- As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, 2006.
- BALSEMÃO, Paula Manuela Mourão da Cunha, 2002 - *Actas de Vereação da Cidade do Porto. Ano de 1537*, Porto, Faculdade de Letras (policopiada).
- BEIRANTE, Maria Ângela, 1987 - *Relações entre o Homem e a Natureza nas mais antigas posturas da Câmara de Loulé: séculos XIV-XV* in “Actas das 1ªs Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia”, Loulé, Câmara Municipal - Universidade do Algarve, p. 231-242.
- BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond, 2006 - “*O juramento dos herdeiros do trono em Cortes (séculos XIV-XVII) Cortes* in “As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional”, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 245-259.
- CAETANO, Marcelo, 1981 - *História do Direito Português (1140-1495)*, Lisboa-S. Paulo, Editorial Verbo, 1981.
- CAETANO, Marcelo, 1951a - *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia (1179-1383)*. “Revista da Faculdade de Direito”, Lisboa, vol. VII, Lisboa (republicado em Lisboa, Livros Horizonte, 1990).
- CAETANO, Marcelo, 1951b - *As Cortes de 1385*. “Revista Portuguesa da História”, tomo 5, Coimbra (republicado em “A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo”, Lisboa, Verbo, s.d.).
- CAETANO, Marcelo, 1953 - *O concelho de Lisboa na crise de 1383-1385*. “Anais”, 2ª série, vol. 4, Lisboa, Academia Portuguesa da História (republicado em “A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo”, Lisboa, Verbo, s.d.).
- CAETANO, Marcelo, 1963 - *Lições de História do Direito Português*, Lisboa (refundido e republicado como *História do Direito Português (1140-1495)*, Lisboa-S. Paulo, Editorial Verbo, 1981).
- CINTRA, Luís Filipe Lindley, 1984 - *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1989 - *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. I.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990a - *A História Medieval Portuguesa - Caminhos Percorridos e a Percorrer*. “Media Aetas. Boletim do Núcleo de História Medieval, Universidade dos Açores”, 1, Ponta Delgada, 1, p. 1-17.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990b - *A Mulher e o Trabalho nas Cidades Medievais Portuguesas* in “Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI”, I, “Notas do Viver Social”, Lisboa, Livros Horizonte, vol. I, p. 37-59.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990c - “Contestação e resistência dos que vivem da terra” in “Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI”, I, “Notas do Viver Social”, Lisboa, Livros Horizonte, p. 23-36.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990d - *Relações de Domínio no Portugal Concelhio de meados de Quatrocentos*, “Revista Portuguesa de História”, t. XXV, Coimbra, 1990, p. 235-289.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1992 - *Historiografia da Idade Média* in “Portugal Moderno. Artes e Letras”, Lisboa, Pomo, p. 192-195.

- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1996 - *Concelhos* in "Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV", coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, vol. III de "Nova História de Portugal", dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, p. 554-584.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1997 - *O discurso de Guimarães em Cortes* in "Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, vol. 6, História Local", Guimarães, Câmara Municipal - Universidade do Minho.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1999a - *A História e a Historiografia Municipal Portuguesa. Problemas, fontes, métodos, realizações e contributos. Época Medieval* in "O Município Português na História, na Cultura e no Desenvolvimento Regional. Actas do Colóquio realizado na Universidade do Minho nos dias 4 e 5 de Junho de 1998 no âmbito do Projecto PRAXIS XXI", Braga, Universidade do Minho, p. 37-55.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1999b - *O Estado e as Sociedades Urbanas* in "A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval", coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, p. 269-292.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 2000a - *A rede de comunicações concelhias nos séculos XIV e XV* in "As Comunicações na Idade Média", coord. de Maria Helena da Cruz Coelho, Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações, p. 64-101.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1999 - *Memórias municipais da Guarda* in COELHO, Maria Helena da Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa - *Forais e Foros da Guarda*, Guarda, Câmara Municipal, p. 21-28.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 2002 - *Forais de Montemor-o-Velho*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 2004 - *Les relations du Savoir et du Pouvoir dans le Portugal médiéval (XIV^e et XV^e siècles)*, in "Europa und die Welt in der Geschichte. Festschrift zum 60. Geburtstag von Dieter Berg, herausgegeben von Raphaela Averkorn, Winfried Eberhard, Raimund Haas und Bernard Schmies, Bochum, p. 313-334.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 2005a - "No palco e nos bastidores do poder local" in *O Poder Local em tempo de Globalização. Uma história e um futuro*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 49-74.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 2005b - *As feiras em tempos medievais* in "Vectores de desenvolvimento económico. As feiras da Idade Média à Época Contemporânea. Actas do 3º Encontro de História", Vila do Conde, Câmara Municipal, p. 9-30.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 2006 - *As Cortes de Leiria e Leiria em Cortes* in "As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional", Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 21-37.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1986 - *O Poder Concelhio. Das origens às Cortes Constituintes. Notas de História Social*, Coimbra, Centro de Estudos de Formação Autárquica.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, 1999 - *Forais e Foros da Guarda*, Guarda, Câmara Municipal.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; REPAS, Luís Miguel, 2005 - *As petições dos concelhos do distrito da Guarda em cortes e a política transfronteiriça* in *Territórios e Culturas Ibéricas*, coord. de Rui Jacinto e Virgílio Bento, Porto, Campo das Letras, p. 131-147.
- COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da, 1993 - "Vereação" e "Vereadores". *O governo do Porto em finais do século XV*, Porto, Câmara Municipal.
- COSTA, Adelaide, 2001 - *Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens* in "Elites e redes clientelares. Problemas metodológicos", ed. de Filipe Themudo Barata, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-UE, p. 63-70.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, 1996 - *História do Direito Português*, 3ª ed., Coimbra, Almedina.

- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, 2002 - *O concelho de Bragança: alguns problemas e desafios tardo-medievais*. “Cadernos de Estudos Municipais”, nº 17 (Junho-Dezembro), Braga, Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho, p. 105-118.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, 2004/2005 - *Bragança medieval no contexto transmontano. A memória legada pelos pergaminhos conservados no Arquivo Distrital de Bragança*. “Brigantia”, vol. XXIV-XXV, nº 1 / 4, Bragança, p. 47-58.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto, 2006 - *Das festas religiosas ao luto por D. Sebastião no âmbito da vereação de Braga (1578)* in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques, Porto, FLUP, vol. 4, p. 217-231.
- CUNHA, Cristina; COSTA, Paula Pinto, 2006 - *Bragança em Cortes no final do século XV Cortes* in “As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional”, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 143-152.
- DIAS, João Alves, 2006 - “*A edição das Cortes Portuguesas Cortes* in “As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional”, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 125-127.
- DUARTE, Luís Miguel, 2000 - *Os melhores da terra (um questionário para o caso português)* in “Elites e redes clientelares. Problemas metodológicos”, ed. de Filipe Themudo Barata, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-UE, p. 91-106.
- DUARTE, Luís Miguel, 2002/2003 - *Os “Forais novos”: uma reforma falhada?*, “Revista Portuguesa de História”, 36, 1, Coimbra, p. 391-404.
- DUARTE, Luís Miguel, 2003 - *The portuguese medieval parliament: are we asking the right questions?*. e-Journal of Portuguese History”, 2, p. 1-12.
- DUNBABIN, Jean, 2006 - *The origins of the English Parliament Cortes* in “As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional”, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 73-83.
- DURAND, Robert, 1982 - *Les campagnes portugaises entre Douro et Tâge aux XIIIe et XIIIe siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, p. 131-168.
- FARELO, Mário, 2006 - *Lisboa nas Cortes da primeira dinastia Cortes* in “As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional”, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 129-142.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, 1993 - “*Gerir e Julgar na Idade Média, Subsídios para o estudo dos oficiais públicos*”, Braga, Arquivo Municipal - Câmara Municipal de Guimarães.
- FONSECA, L. Adão da, 1985 - *La historiografía medieval portuguesa (1940-1984)* in “III Conversaciones Internacionales de Historia. La historiografía en Occidente desde 1945”, Pamplona, p. 51-67.
- FREITAS, Judite A. Gonçalves de Freitas, 2005 - *Les chemins de l’histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca. 1970-ca 2000)*. “Anais. Série História”, IX/X, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, p. 231-266.
- GOMES, Saul António, 2005 - *Ideologia e representação nas práticas das chancelarias concelhias medievais portuguesas* in “O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro. Comunicações”, Viseu, Palimage, p. 435- 501.
- GOMES, Saul António, 2006 - *Leiria o tempo das Cortes de 1254 Cortes* in “As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional”, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 59-72.
- GONÇALVES, Iria, 1984/1985 - *As festas do “Corpus Cristi” do Porto na segunda metade do século XV, a participação do concelho*. “Estudos Medievais”, Porto, 5/6, p. 69-89.
- GONÇALVES, Iria, 1986 - *Posturas Municipais e Vida Urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*. “Estudos Medievais”, Porto, 7, p. 155-172.
- GONÇALVES, Iria, 1987 - *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, Câmara Municipal.

- HERCULANO, Alexandre, 1983 - *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, notas críticas de José Mattoso e verificação do texto por Ayala Monteiro, 4 vols., Lisboa, Livraria Bertrand.
- HESPANHA, António Manuel, 1982 - *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Livraria Almedina.
- HESPANHA, António Manuel, 2001 - *O Foral Novo de Évora no contexto da reforma dos forais de D. Manuel I* in "Foral Manuelino de Évora", Évora, Câmara Municipal- Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 42-65.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 1990 - *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de História da Universidade do Porto.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho; ANDRADE, Amélia Aguiar; AMARAL, Luís Carlos, 1988 - *Por onde vem o medievalismo em Portugal*. "Revista de História Económica e Social", 22, Janeiro-Abril, p.115- 138.
- LADERO QUESADA, Miguel-Angél, 2006 - *Las Cortes medievales en Castilla y León* Cortes in "As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional", Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 85-105.
- MALAFIA, Eurico de Ataíde, 2005 - *Pelourinhos Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MARQUES, José; COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho Homem, 2000 - *Diplomatique municipale portugaise (XIIIe-XVe siècles)* in La Diplomatique urbaine en Europe au Moyen Âge. Actes du Congrès de la Commission Internationale de Diplomatique, Gand, 25-29 août 1998", publiées para W. Prevenier e Th. de Hemptine, Louvain/ Apeldoorn, Garant, p. 281-305.
- MARTINS, Miguel, 1997-1998 - *A família Palhavã (1253-1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes de Lisboa medieval*. "Revista Portuguesa de História", XXXII, Coimbra, p. 35-93.
- MARTINS, Miguel, 2001 - *Estêvão Cibrães e João Esteves: A família Pão e Água em Lisboa (1269-1324)*. "Arqueologia e História", 53, Lisboa, p. 67-74.
- MARTINS, Miguel, 2002 - *Os Alvernazes. Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos*. "Cadernos do Arquivo Municipal", 6, p. 10-43.
- MARTINS, Miguel, 2004 - *O concelho de Lisboa durante a Idade Média. Homens e organização municipal (1179-1383)*. "Cadernos do Arquivo Municipal", 7, Lisboa, p. 64-110.
- MATIAS, Ana Luísa Bellino Pereira Mendes, 2000 - *O Porto em 1533 - Actas de Vereação da Cidade*, Porto (policopiada).
- MATTOSO, José, 1982 - *Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)*. "Revista de História Económica e Social", Lisboa, Sá da Costa, 9, p. 145-162.
- MATTOSO, José, 1985 - *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*, vol. I- *Oposição*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MORENO, Humberto Baquero, 1989a - *O concelho de Beja nas Cortes de Santarém de 1451 a após a sua clausura*. "Memória", 1, Lisboa, p. 267-278.
- MORENO, Humberto Baquero, 1989b - *A representação do concelho de Caminha junto do poder central em meados do século XV*. "Revista da Faculdade de Letras. História", 2ª série, 6, Porto, p. 95-104.
- MORENO, Humberto Baquero, 2006 - *As Cortes em Portugal na primeira metade de Quatrocentos* Cortes in "As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional", Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 107-123.
- MORENO, Humberto Baquero; DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos, 1991 - *História da Administração Portuguesa na Idade Média - um Balanço*. "Ler História", 21, p. 35-45.
- NETO, Margarida Sobral, 1993 - *A persistência senhorial* in "História de Portugal", dir. de José Mattoso, vol. III "No alvorecer da modernidade (1480-1620)", coord. de Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Editorial Estampa, p. 171-174.
- PINTO, Álvaro Rodrigues, 2002 - *Vida Quotidiana, Economia e Poder no Porto Segundo as Actas de Vereação de 1539-40*, Porto, Faculdade de Letras (policopiada).

- PINTO, Maria Helena Barbosa, 2001 - *A Vereação Municipal do Porto em 1545*, Porto, Faculdade de Letras (policopiada).
- REIS, António Matos, 1991 - *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte.
- REIS, António Matos, 2004 - *Os concelhos na primeira dinastia: à luz dos forais e de outros documentos da Chancelaria Régia*, Porto (dissertação de doutoramento policopiada).
- Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa. 1974-1994*, Coimbra, Faculdade de Letras - Instituto Camões, 1995.
- ROLDÃO, Ana Filipa, 2006 - *Preparando as Cortes nos concelhos em 1383: os agentes da escrita Cortes* in “As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional”, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 229-243.
- SAMEIRO, Pedro, 1986 - *A Heráldica Autárquica em Portugal*, “Almansor-Revista de Cultura”, n. 4, p. 77-117.
- SILVA, Manuela Santos, 2006 - *Protagonistas ainda que ausentes As mulheres nas Cortes Medievais Portuguesas Cortes* in “As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional”, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 221-227.
- SILVA, Maria João Violante Branco Marques da, 1993 - *A procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média Portuguesa* in “A Cidade. Actas das Jornadas inter e pluridisciplinares”, Lisboa, Universidade Aberta, p. 197-217.
- SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da, 1991 - *História do Direito Português. Fontes de Direito*, 2^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord. e prefácio de), 1997 - *Poder Central, Poder Regional, Poder Local. Uma perspectiva histórica*, Lisboa, Edições Cosmos.
- SOARES, Edite Rute dos Santos Bentos, 2001 - *O Concelho Portucalense em 1551*, Porto, Faculdade de Letras (policopiada).
- SOARES, Torquato de Sousa, 1931 - *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*, Lisboa.
- SOARES, Torquato de Sousa, 1935 - *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos.
- SOUSA, Armindo, 1987 - *As Cortes Medievais Portuguesas. 1385-1490*, 2 vols., Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de História da Universidade do Porto.
- TAVARES, Maria José Ferro, 1987 - *A Política Municipal de Saúde Pública. Séculos XIV-XV*. “Revista de História Económica e Social”, Lisboa, 19, p. 17-32.
- VAL VALDIVIESO, Maria Isabel del, 2000 - *Elites urbanas en la Castilla del siglo XV (Oligarquía y Común)* in “Elites e redes clientelares. Problemas metodológicos”, ed. de Filipe Themudo Barata, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-UE, p. 71-89.
- VASCONCELOS, Emília Albertina Sá Pereira de, 2001 - *Vereações na Câmara do Porto no ano de 1548*, Porto, Faculdade de Letras, (policopiada).
- VENTURA, Leontina, 2006 - *A política governativa de Afonso III Cortes* in “As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional”, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, p. 41-57.